

LUGARES DE MEMÓRIA: UMA AVALIAÇÃO DO MEMORIAL HISTÓRICO ACIOLI SOBRAL EM JAPARATUBA/SE

CRISTINA DE ALMEIDA VALENÇA CUNHA BARROSO^{1*}

Certa feita o pesquisador Ulpiano Meneses perguntava-se para que serve um museu histórico e, antes mesmo de responder a essa questão, esclarecia que o museu é, acima de tudo, um lugar no qual se constitui uma “intermediação institucionalizada entre o indivíduo e objetos materiais”(MENESES,1992:3). Essa intermediação institucionalizada foi definida por Russio e posteriormente discutida por outros museólogos como o *fato museal*. Este entendido como a relação entre o homem e o objeto em um cenário delineia a experiência ou experimentações pretendidas pelas instituições museais. Sua finalidade é proporcionar o prazer de conhecer. Assim, seja histórico, antropológico, científico ou qual definição seja dada, o objetivo sempre é o mesmo, o conhecimento.

Nessa direção, entende-se que independente da tipologia que classifica o museu, ou o realoca a um lugar específico, a instituição enquanto espaço que promove a comunicação é um espaço social e cultural por excelência e, por isso, deve ser compreendida a multiplicidade dos usos e da sua função educacional e inclusiva. Assim, é dentro dessa perspectiva que esse texto tem como objetivo construir um diagnóstico do Memorial Histórico Aciolli Sobral apontando suas potencialidades enquanto instituição que preserva e comunica a memória e o patrimônio cultural da cidade de Japaratuba/SE.

A cidade: trajetória histórica

Localizada na região do Continguiaba, a cidade de Japaratuba faz parte do rol das primeiras povoações existentes em terras sergipanas. O século XVII em Sergipe é marcado

^{1*}Professora Doutora do curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe.

pelo processo de expansão do povoamento. Até o final do século XVIII, a Capitania de Sergipe contava com uma cidade - São Cristóvão - que era a capital; com seis vilas: Itabaiana, Lagarto, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas, Vila Nova do São Francisco e Tomar do Geru. Além das quatro povoações: Laranjeiras, Pacatuba, São Pedro (Porto da Folha) e Japarutuba (SANTOS e OLIVA,1998:46).

Japarutuba foi promovida a Distrito Administrativo pela Resolução Régia de janeiro de 1811, e só foi elevada a categoria de Vila em 1859. Atualmente a cidade tem uma população de 16.864 habitantes (IBGE,2010). Revela Góes (2002) que Inácio Joaquim Barbosa, o então presidente de Província, em 1854, transformou o distrito em Freguesia Nossa Senhora da Saúde de Japarutuba. Mas Japarutuba nasceu como missão. Acompanhando o movimento de expansão colonial as atividades missionárias também cresciam. As missões de aldeamento era um mecanismo de cristianização importante para o processo de expansão. Diz Santos:

Foi a presença dos missionários na Colina do Lavradio, com seu trabalho de catequese, que deu o agrupamentos o nome de Missão, que num desafio ao tempo permanece ate hoje(...) logo depois da expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil, o antigo convento transformou se num cemitério público (SANTOS,1990:33).

Na Missão de Japarutuba a catequese também foi um evento presente e útil não só aos desígnios da Igreja Católica, bem como aos próprios índios, porque existia uma legislação que proibia que os índios já catequizados ou “índios de consciência” fossem escravizados. Apesar de que nem sempre os colonos respeitavam as leis, mas a presença dos missionários “criava embaraços para que os índios fossem retirados das aldeias e levados como cativos para as povoações dos brancos”(DANTAS,1991:35).

Segundo Góes (2002) foi somente no ano de 1704 que os Carmelitas Calçados chegaram liderados pelo frei João Batista da Santíssima Trindade. Eles se instalaram nas Canavieirinhas onde existia a tribo Boimé e, por causa da varíola que assolava a região, os sobreviventes se mudaram para um local chamado Alto do Borgado ou Lavradio, um dos lugares mais altos da região e que hoje se localiza logo atrás da Igreja Matriz Nossa Senhora da Saúde de Japarutuba (GOES,2002:115).

Ao estudar os índios em Sergipe, Mott(1986) identificou que estes estavam distribuídos em quatro grupos pertencentes a cinco regiões(aldeias) distintas que seriam: Água Azeda, Geru, Missão de Pacatuba, Porto da Folha(Missão de São Pedro) e a Missão de Japaratuba. Nesta última, o autor identificou o grupo Boimé, mas além deste existiam o Kiriri, o Caxago e Uruna. A autora Beatriz Dantas(1991) completa essa lista afirmando que também ocuparam o território sergipano os Tupinambá, Aramuru e os Karapotó. Considerando as informações levantadas por Luiz Mott(1986) sobre os índios de Sergipe Del Rey, percebe-se a importância destes na composição populacional e na formação social e cultural do povo de Japaratuba.

Conforme o texto de Cristian Góes “Japaratuba: terra da saúde”, divulgado no Caderno *Cinform Municípios: história dos municípios* publicado, em 2002, revela que após a chegada de Cristóvão de Barros aconteceram muitas guerras contra os índios. Conta-se que ao saber das conquistas de Cristóvão o cacique Morubixaba Japaratuba declarou sua rendição antes mesmo que se iniciasse uma guerra nessa região. No entanto, essa decisão não foi aceita por todas as tribos, e juntamente com o cacique Pindayba os índios resistentes foram mortos na Ilha de São Pedro de Porto da Folha.

Dentro dessa discussão Pedrinho Santos(1990) informa que a invasão do território sergipano só chegou ao fim em 1590 com a rendição dos irmãos caciques Japaratuba e Pacatuba e com a morte dos caciques Serigi, Surubi, Aperipê e Siriri. Assegura Góes (2002) que nesses primeiros anos após a conquista “foram doadas grandes quantidades de terras no regime de sesmarias. No dia 15 de julho de 1623, as terras que ficaram entre o rio Sergipe e o Japaratuba foram repassadas para Bernardo Corrêa Leitão, Francisco de Souza e Antonio Fernandes Guindastre” (GÓES, 2002:115).

Nas terras de Japaratuba cultivou-se a cana-de-açúcar, mas não só isso, existia a pecuária, a cultura familiar e a pesca. O açúcar garantiu a Japaratuba muitos baronatos a exemplo do Barão de Japaratuba, dono do engenho Topo, que teve seu título outorgado por Dom Pedro II.(GOES,2002). Isto porque em Sergipe a maior concentração de engenhos foi nos vales dos rios, principalmente daqueles que compõem as bacias Japaratuba, Sergipe e

Vaza-barris.(OLIVA e SANTOS,1998:49). E Japarutuba, em 1900, tinha um total de 28 engenhos em funcionamento.

Nesse sentido, Almeida(1991) reflete que a autonomia política sergipana conquistada em 1822 estava relacionada ao crescimento econômico derivado do açúcar, fumo e algodão. Afirma que nos anos de 1807, Sergipe contava com “uma centena e meia de engenhos” e em 1823, “passa a possuir 347 engenhos...”(ALMEIDA,1991:79).

Ao discutir sobre a arquitetura sergipana do açúcar, autora Kátia Loureiro(1999), elencou diversos engenhos que prosperaram durante o ciclo do açúcar, dentre eles identificou o Engenho Cruzes em Japarutuba. Afirma a autora que a arquitetura dos engenhos em Sergipe data dos primeiros anos do século XVII e foi influenciada pela presença religiosa e continuou até meados do século XVIII. Essa influencia pode ser identificada nos engenhos Colégio, São Félix, Penha, Belém e Jesus Maria José. Ressalta ainda que a partir do século XIX a arquitetura das casas-grande assemelhava-se à mineira.

A realidade cultural que marca essa localidade perpassa o tempo e demonstra a riqueza cultural que a oralidade e as práticas sociais perduraram. Zózimo Lima, no livro *Variações em fá sustenido*, transcreve um texto seu publicado em janeiro de 1938, no Correio de Aracaju, sobre a festa de Reis de Japarutuba. Nesse texto, o autor capelense descreve sua impressão da festa:

Em Japarutuba, à noite, do dia santo de Reis, eu tornei aos dias de minha mocidade. Voltei a ver as tradicionais cabacinhas, que servem para ensopar o peito arfante, farto e rijo das morenas, e ouvir, à meia noite, em plena praça o xistoso pregão do vaqueiro do reisado. Assisti, espetáculo inédito, na Igreja da Matriz, pelo sacerdote, após a missa, a coroação do rei e da rainha dos cacumbis. E não pude conter minha admiração em vendo o ritmo das vira-voltas e passadas das Taieiras acompanhadas pela cadencia monótona dos ritornelos. Não há em Sergipe, chegada ou marujada que se compare a que eu assisti na terra que tem a padroeira milagrosa Nossa Senhora da Saúde.(...) ainda se podem ser vistos hoje esses festejos e espetáculos tradicionais na velha Missão de Japarutuba.(ZOZIMO, 2003:52).

Conforme afirmou Alencar(1998) no folclore é possível perceber a união os cantos , das danças, das tradições, da linguagem e histórias e, principalmente, da lúdica. Além disso,

alega que as cidades de Japarutuba e Laranjeiras “são verdadeiros celeiros do folclore e se destacam pela permanência dos seus folguedos”(ALENCAR,1998:42).

Algumas expressões ainda podem ser vistas em Japarutuba como as Taieiras que nessa região assume um caráter mais profano, mas ainda mantém certa identidade com o ritmo e canos africanos nas suas manifestações. Além das Taieiras, identifica-se ainda hoje também o Cacumbi. Conforme Alencar(1998) os Reis do Cacumbi são coroados em missa solene na festa de Reis e “a chegada dos reis à Igreja obedece ao perfeito estilo do séquito real africano.”(ALENCAR,1998:76). Além desses, pode-se citar o Maracatu, fundado por Maria de Souza Campos; o Reisado de Dona Bernadete no povoado de Sapucaia e a Chegança.

A cidade e o memorial

O Memorial Histórico Otávio Aciolli Sobral (MHAS) é uma referência para a cidade de Japarutuba. A Casa tem uma localização estratégica. Ela está alocada nas imediações da praça principal da cidade, a praça da Matriz.

A cidade de Japarutuba, como a maioria dos municípios sergipanos, está ligada a lógica que relaciona a funcionalidade administrativa à religiosa e à cultural. As principais representações políticas, religiosas e culturais convergem suas ações para o centro da cidade, principalmente para a Praça da Matriz, dando a esse lugar uma representação simbólica significativa. Esse é um aspecto positivo no sentido de pensarmos a visibilidade e a acessibilidade do Museu. Corroborando com essa idéia Carsalade(2010) assevera que os centros históricos “conferem identidade própria a cada cidade e, também por isso, são fortes elementos de identificação da população com sua própria cidade”(CARSALADE,2010:83).

Além de ser um representante simbólico da história da cidade, a localização privilegiada do Museu proporciona o desenvolvimento das atividades turísticas. Assim, quando Murta e Albano(2005) analisa a relação do homem e os bens culturais e a experiência de visita, reflete sobre as formas de conhecimento que o turista/visitante com o lugar desconhecido. O novo, a curiosidade e o deslumbramento são aspectos importantes

que caracterizam essa experiência de visita. Afirmam que “o olhar do visitante procura encontrar a singularidade do lugar, seus símbolos e significados marcantes. Os ambientes, sobretudo as cidades, devem ser vistos como um enigma a ser desvelado pela exploração”(MURTA e ALBANO,2005:09).



Fig.01. Imagem aérea da praça da Matriz de Japarutuba. Japarutuba. 2013. Autoria de Cristina Barroso. Fonte: acervo do Memorial Histórico Aciolli Sobral.

O prédio que comporta o museu é uma antiga residência que pertenceu ao padre Caio Tavares² que deixou a casa para os filhos. Estes a venderam para o prefeito Helio Sobral³ que fez a cessão para o funcionamento do Memorial como forma de promover o incentivo a democratização da cultura e consolidação da identidade do povo da região.

A riqueza da arquitetura do século XIX presente na estrutura do edifício sugere o poderio econômico da família que a construiu. Hoje, o prédio considerado histórico compõe o conjunto de casas situadas em volta da praça e é das poucas que ainda preserva traços originais e, assim, resguarda tanto em sua fachada como no seu interior a representação da memória local.



² Padre Caio Tavares que dá o nome à praça principal, a Praça da Matriz.

³ Hoje é o vice-prefeito da cidade de Japarutuba.

Fig.02. Fachada do Memorial Histórico Aciolli Sobral. Japarutuba. 2013. A autoria de Cristina Barroso.
Fonte: acervo do MHAS.

A Casa onde hoje funciona o Memorial, além do significado histórico, é acolhedora e atraente. Trata-se de uma casa de esquina, com o pé direito mais alto que a via urbana. Não tem jardim, mas apresenta uma sacada através da qual só se tem acesso através de uma escada com cinco degraus. Ainda na sacada encontramos o piso original em ladrilho trabalhado em formas geométricas, típico da época.



Fig. 03. Ladrilho da sacada do MHAS. Japarutuba. 2013. A autoria de Cristina Barroso.
Fonte: Acervo do MHAS.

É um edifício que comporta uma entrada simples e logo se consegue observar a composição estrutural interna da casa. As paredes são revestidas com painéis de madeira e afrescos pintados na parte superior da parede.



Fig. 04. Afrescos nas paredes. Japarutuba. 2013. A autoria Cristina Barroso.
Fonte: acervo do MHAS.

Seria importante um estudo com a equipe do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para se identificar a originalidade dessa pintura e as possíveis intervenções que os afrescos podem ter sofrido ao longo do tempo.

A casa está dividida em 6 (seis) cômodos, uma sacada, um banheiro e uma copa. Todos os espaços estão ocupados com exposições permanentes e com todo o acervo exposto. A primeira sala à direita de quem entra, corresponde a parte administrativa do museu, a segunda sala comporta objetos sacros que pertenceram ao Pe. Caio Tavares, a terceira sala apresenta mobiliário e objetos da antiga casa, a quarta sala estão dispostos uma série de coleções diversas dispostas em mobiliários antigos e em estantes de ferro. A quinta sala está reservada para a cultura da região e para expor as obras e parte da história do artista Arthur Bispo do Rosário. Logo após encontra-se a copa e o banheiro. A descrição desses espaços pode ser melhor visualizada a partir da planta baixa desenhada pelo arquiteto da prefeitura de Japaratuba.



Fig. 05. Planta baixa do Memorial. Japaratuba. 2013. Fonte: acervo do MHAS.

A instituição e seu acervo: um diagnóstico

Japaratuba ou a Missão, como é comumente conhecida, possui um único museu que salvaguarda uma série de objetos que não acompanham documentação necessária para saber se foram doados, comprados, trocados, se estão sob guarda temporária, se existem objetos emprestados, ou mesmo se algum deles chegaram na instituição por meio de coleta. Além destas, precisa-se de informações básicas sobre a data de aquisição e a procedência. Sem essas informações o trabalho inicial de documentação e pesquisa torna-se mais complexo e, ao mesmo tempo, desafiante.

Acredita-se que a principal razão para isso foi a falta de conhecimento técnico dos dirigentes da instituição sobre a forma de trato com a documentação museológica. Acredita-

se ainda que a falta de uma documentação organizada facilita inclusive o roubo de peças raras e importantes que faz parte do acervo deste Memorial.

Nele é possível encontrar objetos que pertenceram aos primeiros vigários da região, objetos referentes ao período áureo do açúcar, das casas-grandes, objetos que pertenceram a Arthur Bispo do Rosário e sobre o folclore da região. Bens culturais que devem ser estudados, inventariados, catalogados e disponíveis ao público por meio de exposições itinerantes, temporárias e de projeto de pesquisas desenvolvidos pela própria comunidade e especialistas. Seguindo a idéia de Murta e Albano(2005), onde diz que uma comunidade “que não conhece a si mesma dificilmente poderá comunicar a importância de seu patrimônio”(MURTA e ALBANO,2005: 11).

Para valorar e comunicar esse acervo é necessário antes fazer um tratamento adequado tanto dos objetos quanto dos documentos da instituição estabelecendo um plano de organização do arquivo permanente e do arquivo corrente. Essas ações devem estar previstas no Plano Museológico. Para isso seria necessário espaço, recursos humanos qualificados, material de trabalho, material de acondicionamento adequado para a criação e informatização do arquivo permanente e corrente da instituição. As atividades devem estar acordo com as recomendações de digitalização de documentos de arquivos permanentes de 2010 do Conselho Nacional de Arquivos- CONARQ. Observar também as do Sistema Brasileiro de Museus.

Foi pensando no processo de digitalização do acervo que vise não só o armazenamento das informações sobre a documentação do arquivo permanente e corrente do museu, mas também da documentação museológica para facilitar de acesso à essas informações e organização de inventários, catálogos, do livro de tombo e para a organização efetiva de uma reserva técnica. Diz a normatização que a digitalização “é dirigida ao acesso, difusão e preservação do acervo”(CONARQ,2010:06).

A importância da informatização do arquivo do Memorial Histórico Aciolli Sobral não se configura apenas na razão da preservação do acervo, mas principalmente pela utilidade dessas informações para as pesquisas e para a montagem das exposições de longa duração, ou

mesmo, para as temporárias. Neste sentido, a documentação corrobora para fundamentar a investigação sobre os objetos musealizados.

Conforme as orientações de Maria Inês Candido, no Caderno de Diretrizes Museológicas, a documentação museológica deve ser pensada como um mecanismo de preservação dos bens patrimoniais salvaguardados pelos museus. Nessa direção, ressalta que “é papel dos museus criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais objetos / documentos são suportes, estabelecendo a intermediação institucionalizada entre o indivíduo e o acervo preservado” (CANDIDO,2006:32-33).

A higienização, digitalização e gerenciamento das informações serão realizados por uma equipe composta de funcionários e estagiários remunerados e voluntários que deverão receber cursos de capacitação e supervisão. A proposta que segue neste diagnóstico é a elaboração de uma base de dados digital para armazenamento das informações coletadas por esta equipe e, principalmente, do material digitalizado. Assim, compreende-se a urgência da criação dessa base tecnológica para a acomodação acervo já tratado e, posteriormente, disponibilizar aos pesquisadores e demais instituições culturais interessadas neste acervo.

Seguindo ainda as orientações do CONARQ(2010), o armazenamento dos representantes digitais do arquivo do MHAS, por se tratar de um acervo de média proporção e, conseqüentemente, de um volume maior em *bytes* devem ser utilizadas memórias secundárias. Recomenda-se então a utilização de um Servidor e discos compatíveis com o padrão RAID para backup de dados automático. A utilização de discos rígidos HD(*hard disks*) internos em configuração RAID proporciona maior segurança ao processo. Além disso, para facilitar o procedimento de segurança do acervo podem ser utilizados discos rígidos externos se a instituição os possuir.

Ao tempo em que for finalizado o banco de dados, as informações podem ser disponibilizadas na página do Memorial necessitando, assim, a aquisição de um sistema *Firewall* para a segurança do mesmo. Apesar da NOBRADE(2006) defender a “padronização de procedimentos em sistema de arquivos”, ela não interfere no “formato final dos instrumentos de pesquisa” geridos pelos arquivos. Esta norma:

Tem por objetivo estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. Cabe a cada entidade custodiadora e a seus profissionais a decisão acerca dos recursos utilizados para a descrição, bem como o formato final de seus instrumentos de pesquisa, sendo apenas imprescindível a presença dos elementos de descrição obrigatórios (NOBRADE,2006:11).

Após a organização e digitalização do acervo documental do arquivo corrente e permanente do MHAS, recomenda-se a digitalização do acervo museológico da instituição, inventariando e tombando os objetos. Estes podem a partir de então ser classificados em módulos de acordo com o projeto expográfico, bem como realocados para a reserva técnica. O próximo passo seria pensar nas formas de pesquisa sobre as coleções que compõem este acervo de modo a assessorar a produção dos textos e instrumentos informativos que possam ser utilizados durante as visitas às exposições permanentes, temporárias, itinerantes e nas ações culturais e educativas. Isto porque o objetivo dos museus é promover a comunicação das informações coletadas durante as pesquisas.

Meneses(1992) lembra que o museu enquanto lugar que coleta, preserva, expõe e estuda seus acervos provoca diversas formas de fruição do patrimônio que salvaguarda, seja através da contemplação, do sonho, do exercício da observação estética, da afetividade e do lúdico. Entretanto todas essas ações convergem para um mesmo aspecto, o exercício do conhecimento. Afirma ainda que no museu os objetos ao serem musealizados transformam-se em documentos, ou seja, a partir de então, são reconhecido como parte integrante do patrimônio. Isto é, adotam a função de prover o público de informações “ainda que, para isso, tenham que perder a serventia para a qual foram concebidos ou que definiu sua trajetória”(MENESES,1992:4).

Isto porque ao se tornarem parte do acervo da instituição os objetos ganham uma resignificação, tornam-se bens patrimoniais e perdem a função que exerceu no passado. Assim, os objetos-documentos servem de testemunho. Ou seja, falam de uma determinada época, respondendo sobre a quem pertenceu, em que momento histórico, onde e com que finalidade foi criado. Segundo Maria Ines Candido “Partindo-se do pressuposto de que objetos / documentos são suportes de informação, o grande desafio de um museu é preservar o

objeto e a possibilidade de informação que ele contém e que o qualifica como documento”(CANDIDO,2006:32). E o museu, através das suas exposições extrovertem essas informações ao público consumidor.

Ao discutir sobre quem seriam os produtores e consumidores de informação, Johanna Smit(1986) através do texto “O que é Documentação”, apresenta um dado importante para se compreender a distinção entre informação e o conhecimento transmissível. Afirma que “nem toda transferência de informação corresponde a uma transferência de conhecimento”(SMIT,1986:26).

Nesse sentido, a autora elucida que para realmente acontecer o exercício do conhecimento é necessário que a informação seja transferida de modo que o provável consumidor possa utilizá-la. Assim, nem toda informação presente no espaço expográfico se traduz em conhecimento. Ou seja, a informação que não está acessível é uma informação desnecessária, diz Smit “informação transferida desvinculada de outras informações ou sem explicação dos critérios de sua seleção e organização é informação pela metade, é informação inútil”(SMIT,1986:30).

Isto porque o museu é o lugar onde a interação público-objeto-conhecimento deve acontecer sem ruídos. Nesse sentido a construção da expografia deve ser concebida de forma clara e didática e pensando na experiência que o visitante pode recriar durante a visita. Avisa Cury que “conceber e montar uma exposição significa construir e oferecer uma experiência para o público”(CURY,2005:43). Isto porque a finalidade do museu não é apenas servir como um local para que sejam desenvolvidos estudos especializados, mas que seja um lugar que estimule a aprendizagem acessível a todos (VALLADARES, 2010).

Com uma organização espacial dos objetos e expositores precários, o Memorial Histórico Acioli Sobral deve pensar na construção de uma reserva técnica e trabalhar com a ideia da produção de exposições temporárias. O amontoado dos objetos e as estantes que dão suporte a esses objetos dificultam e até corroboram para a degradação dos bens patrimoniais.

A exposição não forma um conjunto atraente e harmonioso, pelo contrario o excesso de objetos de diferentes épocas e temáticas corrobora para o empobrecimento da exposição

prejudicando não só a expografia, mas principalmente a possibilidade do exercício de comunicação das informações ali presentes. A riqueza do museu não está ligada apenas na raridade dos objetos que guarda, mas na harmonia e no prazer que proporciona ao visitante.



Fig. 06. Acervo em exposição. Japarutuba, 2013. Autoria de Cristina Barroso.
Fonte: Acervo do MHAS

Valladares(2010) aconselha que os ambientes não cansem os visitantes com excessos de informação ou mesmo de objetos em exposição. Uma visita monótona ou cansativa afasta a possibilidade do visitante voltar a instituição, além de dificultar a apropriação das informações dispostas. Os objetos devem então ser selecionados, devidamente alocados em suas coleções e dispostos de forma que sejam realmente percebidos pelos visitantes. Uma arrumação atraente e criteriosa, diz Valladares ao citar Stein, deve “atender satisfatoriamente os propósitos científicos de organização e conservação, sem esquecer a parte humana de prazer e ensinamento”(STEIN apud VALLADARES, 2010:115).

Diz o autor que a arrumação criteriosa consiste pensar na segurança do objeto, na conservação, iluminação adequada, numa cenografia que realce a peça, na seleção das coleções, na produção de bons textos e material informativo, na produção do discurso envolvente e criativo de forma que o público possa se reconhecer e degustar das informações apresentadas. Esse é outro fator passível de ajustes nas exposições do MHAS, as legendas e os textos estão inadequados a expografia.

Considerações finais

Nessa direção, a equipe designada a dirigir o Memorial Histórico Aciolli Sobral deve pensar em formas avaliar tanto a estrutura, a proposta expográfica, as ações culturais e educativas. Mas para realizar as avaliações, é necessário demonstrar o valor da instituição e dos programas públicos que ela comporta. Devem, então, pensar em avaliar a eficiência das exposições e buscar sempre compreender como as pessoas se utilizam do espaço do museu e dos seus objetos. Greenhill (1998) aponta o caso dos museus da Grã-bretanha como um excelente exemplo de como ocorre o processo de crescimento de grupos que trabalham dentro dos museus e que aprenderam a aplicar a avaliação.

Como todo processo avaliativo é documentado, fica fácil de observar a evolução, os erros e acertos desse museu. Essas avaliações respondem a necessidade do MHAS em saber como está o seu serviço ao público. Perceber quais melhorias pode implantar e como gerenciar melhor suas exposições de modo que os visitantes fiquem satisfeitos e para que ocorra a comunicação museal (GREENHILL, 1998:80). Dessa forma para que o MHAS seja atrativo, deve atentar-se para as necessidades da comunidade. A investigação sobre os visitantes constitui um meio essencial de obter informação para dirigir o museu. Cabe ao museu conhecer quem é o seu público, suas necessidades e o que pensam para que possam realmente cumprir sua função social demonstrando a riqueza do patrimônio cultural e a responsabilidade desta instituição em transmitir e preservar parte da história de Japaratuba e, conseqüentemente, da história de Sergipe.

Referências

- ALENCAR, Aglaé D'Ávila Fontes. **Danças e folguedos: iniciação ao folclore sergipano**. Aracaju: Secretaria do Estado da Educação do Desporto e Lazer, 1998.
- ALMEIDA, Maria da Glória Santana. Atividades produtivas. In: **Textos para a História de Sergipe**. Diana M. Diniz (coord). Aracaju: UFS/Banese, 1991.
- CANDIDO, Maria Inês. Documentação Museológica. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas 1**. Brasília: MINC/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura/Superintendencia de Museus, 2006.
- CURY, **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

DANTAS, Beatriz Gois. Os índios em Sergipe. In: **Textos para a História de Sergipe**. Diana M. Diniz (coord.). Aracaju: UFS/Banese, 1991.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Britts e MORAES, Nilso Alves de (orgs). **Memória, Identidade e Representação**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

GOES, Cristian. Japarutuba: terra da saúde. In: Caderno *Cinform Municípios*: história dos municípios publicado. Aracaju: Cinform, 2002.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. “Quién acude a los museus.” In: **Los Museus y sus visitantes**. Espanha: Trea, 1998.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 05 de março de 2013.

LIMA, Zózimo. **Variações em fá sustenido**: crônicas sergipanas. 2 ed. Amp. e Rev. Aracaju: Triunfo, 2003.

LOUREIRO, Katia Afonso Silva. **Arquitetura sergipana do açúcar**. Aracaju: UNIT, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Para que serve um museu histórico? In: **Como explorar um museu histórico**: mobiliário, pintura, veículos, armas. São Paulo: USP/Museu Paulista, 1992.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey**: população economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina. Interpretação, Preservação e Turismo: uma introdução. In: **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Stela Maris Murta e Celina Albano (orgs.). Belo Horizonte: Ed UFMG; Território Brasília, 2002.

NOBRAD. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2013.

SANTOS, Lenalda Andrade e OLIVA, Teresinha Alves de. **Para conhecer a história de Sergipe**. Aracaju: Opção gráfica, 1998.

SANTOS, Pedrinho dos. **A proclamação da República na missão de Japarutuba**. Aracaju: Info Graphics e editora, 1990.

SMIT, Johanna. **O que é documentação**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.(Coleção Primeiros Passos.174).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

16

VALLADARES, José Antonio do Prado. **Museus para o povo: um estudo sobre os museus americanos**. 2ed. Bahia: EPP, 2010.